



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

**PROJETO DE LEI Nº 8.046, de 2010
(Do Senado Federal)**

Dispõe sobre a reforma do Código de Processo Civil.

EMENDA

Altera-se, no PL nº 8046, de 2010, o artigo 949, conforme segue:

Art. 949. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que:

- I – Homologar a divisão ou a demarcação
- II – Condenar à prestação de alimentos
- III – Rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes
- IV – Julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem
- V – Confirmar a antecipação dos efeitos da tutela
- VI – Decretar a interdição
- VII – Segundo previsão expressa de lei especial, haja de assim ser recebida

JUSTIFICATIVA

A emenda proposta acima e a justificação que segue são de autoria do Professor Doutor Antônio Cláudio da Costa Machado, professor de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) desde 1984, professor dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* da Faculdade de Direito de Osasco –



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Centro Universitário FIEO (UNIFIEO) desde 2000. Coordenador de Direito Processual Civil da Escola Paulista de Direito (EPD).

Em referência ao artigo 949 do Projeto, resta bastante preocupante e questionável se nos afigura a proposta de eliminação do efeito suspensivo da apelação. Assim como tantas outras propostas, também esta não foi discutida ou debatida minimamente por advogados, juízes, promotores ou acadêmicos, o que torna inconveniente a sua adoção pelo sistema do processo civil brasileiro.

No artigo 949, caput do Projeto, também a eliminação do efeito suspensivo da apelação vem sendo adotada por países da Europa Ocidental que dispõem de aparelhos judiciários melhores do que o brasileiro. Só se pode cogitar de atribuir à decisão monocrática executoriedade imediata em países onde o número de sentenças reformadas em segundo grau seja baixo.

Também apesar da falta de estatísticas oficiais, sabe-se que no Brasil aproximadamente 40% das apelações são providas, o que torna a proposta de eliminação do efeito suspensivo pelo menos temerária.

Também se tivéssemos certeza, no Brasil, de que apenas 10% ou 15% das sentenças sofreriam modificação em segunda instância, aí sim poderíamos pensar de maneira séria na eliminação do efeito suspensivo e na execução imediata das decisões dos juízos monocráticos.

Também já dispomos no direito processual civil brasileiro de quase trinta hipóteses em que a sentença é apelável apenas no efeito devolutivo (as sete do art. 520, a do art. 1184 e outras quase vinte da legislação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

especial), parecendo-nos um risco muito grande de oferta de justiça imperfeita a eliminação do efeito suspensivo para todas as apelações.

No citado artigo do Projeto também a eliminação do efeito suspensivo da apelação e a consequente execução imediata da sentença não são remédios adequados de enfrentamento da morosidade da Justiça. O inconcebível entre nós é o enorme tempo que se leva para alcançar o julgamento de uma apelação e não o tempo para o proferimento de uma sentença, de sorte que a solução não é dar executoriedade a decisão de primeira instância, mas consertar, com recursos orçamentários e estratégias de gestão, o funcionamento da segunda.

E ainda a supressão do efeito suspensivo da apelação ao mesmo tempo em que fortalece exageradamente os juízes de primeira instância, desprestigia os desembargadores e enfraquece o direito das partes de recorrer. Além disso, ainda vai provocar mais trabalho judicial imediato (execuções provisórias) e necessidade de "execuções inversas", toda vez que a sentença for reformada.

Em relação ao pedido de efeito suspensivo regulado pelos §§ 1º a 4º do art. 949 do Projeto - verdadeira compensação institucional atribuída às partes pela perda do automático efeito suspensivo da apelação - o que deve ser salientado é que ele vai congestionar os nossos tribunais, porquanto a cada apelação interposta haverá um requerimento dirigido a um desembargador por meio de petição autônoma. Quantas PETS serão endereçadas aos nossos tribunais? Por certo, muito mais do que o número atual de agravos de instrumento... Conclusão: o sistema sairá perdendo! E mais, corremos o risco de vislumbrar a cada ato concessivo do relator, fundado na "probabilidade de provimento do recurso", uma antecipação do voto que será apresentado na sessão de julgamento da apelação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Já no Artigo n. 949, § 3º do Projeto, quanto ao efeito suspensivo decorrente da protocolização da petição autônoma endereçada ao relator (art. 949, § 3º do Projeto), merece destaque a circunstância de que tal eficácia automática vai congestionar inevitavelmente a nossa segunda instância, na medida em que nenhum advogado vai deixar de apelar e de pedir, a cada apelação, a atribuição da suspensividade para o recurso interposto. E que fique registrado que a inevitabilidade do congestionamento antevisto deflui de maneira direta do § 3º apontado que institui o automático impedimento à "eficácia da sentença até que seja apreciado (o pedido) pelo relator". Tal disciplina vai inaugurar a era dos "tribunais de PETS", bem mais congestionados do que os atuais "tribunais de agravos". A novidade deve portanto, ser rejeitada.

No Artigo n. 949, § 1º do Projeto, a par da inconveniência do desaparecimento do efeito suspensivo das apelações e do seu corolário, o pedido de suspensividade ao relator no tribunal, identicamente criticável se mostra o regramento que institui a "probabilidade de provimento do recurso" como motivo para a concessão da eficácia suspensiva. É que neste caso, o relator estará adiantando o conteúdo do seu futuro voto, o que vai fazer desta parte do dispositivo verdadeira letra morta, salvo se irresponsavelmente começarem a se comportar nossos desembargadores frente a exigência de julgamento colegiado em segunda instância.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 2011.

Deputado **MIRO TEIXEIRA PDT/RJ**